

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECAO I

ANO XIV - N.º 39

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 1951

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIGES MARCADAS PARA HOJE QUARTA-FEIRA, DIA 8 DE JULHO DE 1959

Comissões Permanentes

- I De Constituição e Justiça Turma "B", às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Afrânio de Melo Franco".
- 1 Da Constituição e Justica, Comissão Plena, às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Afrânio de Melo Franco".
- II De Educação e Cultura, às 14 horas e 30 minutos, na Sala "Carlos Peixoto Filho".
- III De Legislação Social, às 15 horas e 30 minutos. na Sala "Sabino Barroso".
- IV De Orçamento e Fiscalização Financeira Comissão Plena às 15 horas e 30 minutos, na Sala "Antônio Carlos".
- V De Saude às 15 horas e 30 minutos na Sala "Bueno Brandão".
- VI De Serviço Público reunião extraordinária, às 16 horas, na Sala "Bueno Brandão"

Comissão Especial

Da Bacia do São Francisco, às 15 heras, na Sala "Paulo de Frontin".

Comissão de Inquérite

Para examinar e estudar a situação das Emprêsas Estrangeiras Concessionárias de Serviços Públicos de Eletricidade e outros, as 15 horas no "Salão Nobre" da Gâmara dos Depuades.

Oradores inscritos para a Sessão de hoje, Quarta-feira, dia 8 de julho de 1959.

PEQUENO EXPEDIENTS

Lustosa Sobrinho.
José Sarney.
Nestor Jost.
Edvaldo Flores.
Mario Gomes.
Clodomir Milet.
Carmelo D'Agostino
Domingos Velasco.
Humberto Lucena.
Abelardo Jurema.
Clidenor Freitas.
Bezerra Leite.
Chagas Freitas.
Castro Costa.
Ferreira Martins.
Rezende Monteiro.
Rachid Mamed (25)
Anísto Rocha (29).
Dirceu Cardoso (20)
Waldir Simões (30).
Gileno Di Carli (30).
Vasconcelos Torres (29 e 30).
Dervilli Alegretti (1.9).

Antônio Feliciano (1.º),
Attilio Fontana (2).
Miguel Bahury (2).
Henrique Turnel (2).
Franco Montoro (26 e 2).
Oliveira Franco (3).
Benjamin Farah (30 e 3),
Aurélio Vianna (6).
Badaro Júnior (6).
Anno Arnt (30 e 6).
Lino Braun (30 e 6).
Lino Braun (30 e 6).
Asrão Steimbruch (2 e 6).
Osvaldo Ribeiro (7).
Nicolau Tuma (7).
Manoel Almeida (7).
Bocayuva Cunha (3 e 7).
Viltimo de Carvalho (6 e 7).

GRANDE EXPEDIENTE

Herbert Levy, como Lider da Mioria, Paulo Tarso, Rui Ramos. Oscar Corréa Arno Arnt. Mario Bene. Osvaldo Zanello. Nelson Omegna.

Manoel Almeida Dirceu Cardoso. Seixas Dória. Ciemens Sampaio. Silvio Braga. Oliveira Franco. Lourival Baptista. Nicolau fuma. Plinio Salgado. Abel Rafael.
José Turner.
Corréa da Costa,
Arthur Virgilio.
Gaoriel Passos
Gurgel do Amaral. Valério Magaihâes. Ernani Sátiro Nelson Carneiro. Edgard Pereira. Ary Pitombo. Temperane Persira Fernando Sant'Ana Milton Reis França Campos. França Campos.
Menezes Carries
Carmelo D'Agostino
Clidenor Freitas,
Ebilogo Campos,
Rachid Mamed Bezerra Leite. Paulo Freire. Edson Távora. Neiva Moreira. Lycio Hauer Arruda Camara. Helio Ramos João Menezes. Carvaino Sobrinho, Lustosa Sobrinho. Lustosa Sobrino.
Leite Nestto.
Dervilli Alegretti.
Nestor Jost.
Odyllo Vianna.
Vasconcelos Torres.
Domingos Velasco.
Maia Netto
Jorge de Lima. Miguel Bufara. Lino Braum. Teodulo de Albuquerona Souza Leão. Attilio Fontana. Ultimo de Carvalho. Badaro Junior. Humberto Lucena. Andrade Lima Filho Andrade Lima Filho Pereira da Silva, Geraldo Guedes, Miguel Bahury, Chagas Freitas, Mario Tamborindeguy, Abelardo Jurema, Bocayuya Cunha, Franco Montoro Franco Montoro. Fernando Ferrari. Breno da Silveira.

Unirlo Machado.

Miguel Leuzzl.
Ferro Costa.
Bonaparte Maia
Anisio Rocha.
Josue de Castro
Pacheco Chaves.
Nogueira da Gan—
Passos Pôrto.

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex.ª me seja concedide a palavra, como Lider da Minoria, no Grande Expediente da sessão de amanha dia 8 de julho de 1959.—
Herbert Levy, Vice-Lider no exercicio da Liderança

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex.º seja concedida a palavra, em carater preferencial, ao Deputado Hamilton Nogueira, no Grande Expediente da sessão de 10 da julho de 1959.

Sála das Sessões, em 7 de julho de 1959. — Carlos Lacerda.

Ordem do Dia marcada pelo Sr. Presidente para a Sessão de hoje, Quarta-feira, dia 8 de julho de 1959.

Em Prioridade:

Emenda à Constituição nº 3-A-56 e Projetos ns. 4.380-A-58 — 1.585-A-56 e 2.773-A-57.

Em Tramitação Ordinária:

Projetos de Resolução ns. 176 e 177 de 1958 — 180 — 182 — 183 — 186 — 187 — 189 — 190 — 192 — 193 — 196 e 1957 -59 e Projetos ns. 2.548-A de 1957 — 2.612-A-57 — 4.140-A-58 — 4.473-A-58 — 3.495-A-57 — 2.658-B de 1957 — 1.531-A-56 — 3.333-A-57 — 1.766-A-56 — 3.279-B-57 — 3.046-A de 1957 — 3.575-A-57 — 3.640-A-57 — 3.691-A-58 — 4.169-A-58 — 2.170-B de 1956 — 1.407-B-56 — 3.787-A-58 — 2.241-C-57 e 4.832-A-54

Proposições para Ordem do Dia

Projetos de Resolução nº 179-58 e 188-59 e Projetos ns. 3.529-A-57 — 2.267-B-57 — 4.299-B-58 — 67-A-59 1 1.426-B-56.

tôda a Nação brasileira, de um feito que fêz vibrar todo o País, da mesma forma que, no ano passado, os nossos jogadores conquistaram para o Brasil o título de Campeão Mundial de Fu-

o título de Campeão Mundial de Futebol.

Sr. Presidente, o esporte é uma grande escola de disciplina, de organização, de respetto e de civismo, que acende no cidadão o espírito de luta, e, no que concerne ao futebol, o espírito de equipe. Nossa capacidade, que está sendo posta à prova na escalada para o malor progresso e desenvolvimento, sente-se estimulada por feito internacional como este. O caso é da conquista de um título, de uma recompensa justa para milhões de atletas pensa justa para milhões de atletas anônimos, sobre cujo fracasso, ou de-silusão; ou sobre cujo esfórço se conssilusso; ou sobre edije estotica se chia-trol o pedestal para os heróis das grandes histórias. Isto nos induz a proteger os esportes em todas as suas modalidades e em todo o território nacional. O esportista é um bom cidadão que aprende a ganhar e a perder com o mesmo espírito. O es-porte e a arte têm realizado muito pelo renome do Brasil no exterior. A Maria Esther Bueno, esta jovem de 19 anos que fêz o nome do Brasil

figurar nas manchetes dos jornais de todo o mundo, os agradecimentos, o entusiasmo e a admiração de todos os brasileiros. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nestor Jost — 2º Vice) — Tem a palavra o Sr. Deputado Ultimo de Carvalho, por cessão do Deputado Abelardo Jurema.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO:

(Sem revisão do orador) - Sr. Pre-(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra para encaminhar à Mesa projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, crédito especial de Cr3 1,000,000,00, para ocorrer às despesas com o III Congresso Nacional de Viajantes e Vendedores e Representantes Comerciais do Brasil, a realizar-se em Brasilia, em maio de 1960". (Muito bem)

O SR. NELSON CARNEIRO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo endereçar apêlo à douta Co-missão de Finanças, no sentido de dar preferência ao estudo do Projeto nú-mero 229, de minha autoria, que con-cede pensão especial ao Govêrno da Bahia, para que ali não se alimente o jõgo do bicho, apêlo formulado em nome de milhares de familias baianas que já estão sendo prejudicadas por essa prática posta oficialmente em vigor pelo Governador do Estado. vigor pelo G (Muito bem).

O SR. BOCAYUVA CUNHA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Fresidente, ainda ontem, quando se discutia o Projeto nº 4.412, relativo à Recebedoria de Belo Horizonte, tive breve dialogo com o companheiro de representação, Sr. Afonso Celso, um dos relatores da matéria. A proposição inclui, em um de seus artigos, parárafo em que extingue a Alfandega de em que extingue a Alfandega grafo em que extingue a Alfandega de Niterói. Não estando bem informado sobre o assunto, manifestei, não obs-tante, estranheza quanto à pretensão. Não tendo argumentos majores, limitei-me a ouvir a resposta que me deu o Deputado Afonso Celso.

Agora, porém, devidamente escla-recido sóbre a matéria em todos os seus detalhes, faço apelo à Camara seus detalhes, faço apêlo à Câmara para que não seja de maneira alguma permitida a extinção da Alfândega de Niterói, pois, ao contrário do que foi dito ontein, a Alfândega de Niterói e um Departamento útil ao Estado. Com efeito, só com referência ao trigo importado, no primeiro semestre dêste ano a aludida repartição arrecadou de impostos a importância de 48 milhões de cruzeiros, sendo mister menlhões de cruzeiros, sendo mister men-cionar que foi elevada a arrecadação

ta do Estado do Rio contra semelhante | iniciativa, protesto, estou certo, en-dossado por todos os Deputados flu-minenses. (Muito bem).

O SR. TEMPERANI PEREIRA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pela Resolução nº 7, foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquéuma Comissão Pariamentar de Inque-rito para investigar as companhias concessionárias de serviço público. Esta Comissão, em quatro sessões realizadas, verificou fatos estarrecedores. queremos entrar ainda no mé-

Não queremos entrar ainda no merito do assunto, mas, sim, que fiquem consignados na ata dos trabalhos dêste Parlamento os resultados já apurados naquela Comissão:

1º — os técnicos da Comissão de Tombamento estão cientes e conscientes da identidade dos processos da Bond & Share, em tôdas as subsidiárias do Brasil: diárias do Brasil;

2º — um dos processos usados con-

2" — Um dos processos usados con-siste no financiamento, através da American Foreign Power, que cobra juros de 8 a 10%, enquanto os do co-mercio internacional oscilam entre 4

e 5%; 3° — os lucros ilegais dessas companhias têm sido incorporados aos investimentos;

investimentos;

4º — essas companhias pagam por serviços técnicos, à guisa de royalties, até 5% do seu movimento à EBASCO, sígla da Electric Bond & Share Co. Finalmente, somados ésses lucros ilegais e as glosas feitas de acordo com a legislação vigente, tódas essas companhias no caso de engampação.

companhias, no caso de encampação. ficarão devendo muito ao poder pú blico e ao povo.

Peço, portanto, Sr. Presisdente, sem tomar ainda posição definitiva no as-sunto, fique consignado em ata um quadro elaborado pela Comissão de Tombamento Contábil, onde as rupricas são expressivas a respeito dos processos frauduientos, ilegais e prejudicias usados pela Bond & Share no Brasl. (Muito bem).

O SR. HUMBERTO LUCENA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, penso estarmos criando um novo setor de elaboração legislativa, gabinetes dos diferentes órgãos misteriais, onde se formulam as cláu-sulas dos chamados convênios a se-rem regiserados pelo Tribunal de Contas.

Desejo referir-me, ainda uma vez. agora dando às minhas palavras tom de maior advertência aos representantes do Nordeste, ao Convento que vai ser registrado, dentro de poucos dias, pelo Tribunal de Contas da União entre o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Governo Federal, sôbre a execução da Lei Aluísio Alves, que diz respeito à distribuição

Alves, que dir respeito a distribuição de crédito de emergência aos proprietarios atingidos pelos efeitos da séca de 58, no Nordeste brasileiro.

A Lei Aluisio Alves, na sua regulamentação, estendeu o beneficio a todos os proprietários de terras situadas no Polígono das Sécas.

Meu Estado Possesses a Possesses de Caracterista de Car

Meu Estado, por exemplo, a Parai-ba, está integralmente -incluido no Poligono das Sêcas. Acontece, po-Poligono das Sécas. Acontece, po-rém, que o convénio envisdo ao Tri-bunal de Contra reduziu a área dos Estados do Nordeste de tal modo que somente alguns proprietários serão atingidos por essa medida legal. Vem, agora, um aditivo a êsse Con-

vênio, que também não satisfaz, pois estabelece que os demais proprietá-rios nêle não incluidos serão beneficiados, a juizo dos bancos do Nor-deste do Brasil. Ora, como se pode deixar ao critério de gerentes de banco a concessão de beneficios legais a este ou aquele proprietário?

Assim, às vesperas do registro, pelo Tribunal de Contas, do aditivo a que cionar que foi elevada a arrecadação quanto ao café. Guanto ao café. Gostaria de lançar meu protesto e dos Deputados do Partido Trabalhis-o dos Deputados do Partido Trabalhis-

deste brassileiro nesta Casa que, incorporados, apelemos no sentido de obter o cumprimento da lei em todos os seus térmos, sob pena de não dar os resultados procurados pelo autor. (Muito bem) -

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se a primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Josué de Cas-

v

O SR. JOSUÉ DE CASTRO: 🤝

(Lé a seguinte comunicação) — Senhor Presidente. Zo costumo per-der meu tempo nem fazer perder o tempo de meus eminentes colegas debatendo ou contestando os ataques ou as críticas, sem maior consistên-cia, publicados pelos jornais que fazem oposição a minha orientação po-lítica e a minha posição ideológica. Todos os homens públicos são objeto destas exteriorizações emocionais das simpatias ou das antipatias politicas. Isto é normal. Mas não po-deria, Senhor Presidente, manter-me deria, em silêncio, sem esclarecer e sem protestar contra um tópico publicado no dia 4 do corrente, pelo "Correio da Manha", porque este tópico sem a devida e pronta contestação poderia deixar dúvida sôbre minha honorabi-lidade de homem público. Els a razão desta minha declaração, para a qual solicito a maior atenção dêste pienário.

E que desejo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apresentar oqui a demonstração cabal da total faita de procedência da acusação que me é imputada.

Na verdade ela é tão pueril e tão inconsistente — a minha defesa se faz com um tal excesso de comprovantes e em tal grau de evidência — que se o jornal que a velculou, "O Correio da Manha, não fôsse um jornal que defende uma posição pojornal que defende uma propiera para propiera esta minha ditica antagonica a nossa, a sua pu-blicação para propiciar esta minha defesa poderia parecer uma dessas combinações secretas, usadas em po-lítica para dela se tirar efeitos demagnaicos, s

A acusação formulada é de que, tendo-me sido entregue em 1931, pela Comissão de Impôsto Sindical, a un-portância de Cr\$ 300.000,00 para despossas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, da qual fui Vice-Presi-dente e presidente em exercício, não apresentara os comprovantes das despesas realizadas com êste numerário.

Senhor Presidente, recebi realmente esta verba, que foi devidamente aplicada na instalação da Comissão aplicada na instalação da Comissão Nacional de Bem-Estar sendo os pagamentos levados a efeito pelo então Secretário Administrativo da mesma Sr. Armando de Oliveira Pinto. sr. Armando de Olivera Pinto. Com a máxima probidade e de acôrdo com a legislação em vigor, prestei contas destas despesas a quem devia prestar — ao Sr. Minisstro do Trabalho, ao qual endercei a 15 de maio de 1952, o ofício nº 169-52, do de com a contra com contra c qual aqui exibo cópia e no qual são enumeradas tôdas as especificações das despesas feitas, acompanhadas respectivos comprovantes.

Surpreendido, pois, com o tóp procurei o Secretário da Comissão Bem-Estar Social de então, Sr. mando de Oliveira Pinto, para o para que êle me esclorecesse ainda mais o po-blema, o que êle o fêz por carta que blema, o que ese o rez por carra que dsejo ler neste momento, pois ela confirma integralmente e de forma definitiva o que declarei até agora. A carta é a seguinte:

"Rio, 6 de julho de 1959 Exmo. Sr. Deputado Josué de Castro.

Castro.
Senhor Deputado:
Tendo lido no "Correio da
Manhã" de 4 do corrente, um tópico no qual há referência a uma verba no montante de Cr\$

200.000.00, que a Comissão de Impôsto Sindical entregara à Co-missão Nacional de Bem-Estar Social, presidida por V. Ex.", e da qual não foras apresentados os respectivos comprovantes, venho, na qualidade de ex-Secre-tário-Administrativo da referida Comissão, no periodo em que se verificou a aplicação da imporverticot a apricação da in-por-tância acima, a bem da verdace, contestar esta afirmação, pres-tando os seguinte sesclarecimen-tos comprobatórios:

a) Realmente recebeu a Co-missão Nacional de Bem-Estar Social da Comissão Técnica do Orientação Sindical, uma contri-buição de Cr\$ 300.000,00 (trezenmil cruzeiros) para sua insta-2OT

lação.
b) Esta verba foi rigorosamente b) Esta verba los regolecciones aplicada, conforme exposição que applicada, conforme exposição que esta Secretaria enderecou a Ex. e à base da qual endereçou Ex ao Sr. Ministro do Trabalho o oficio nº CNBS-169, de 15 de maio de 1952, acompanhado da especificação, demonstração e documentação da Receita e da Despesa da Comissão Nacional de Bem-Estar Social naqueia data.

c) Do oficio de V. Ext a faço referência, conforme cópia que tenho em men poder e que passso às mãos de V. Exº, destacópia cam-se os seguintes esclarecimen-tos: "Senhor Ministro — "Como é do conhecimento de Vossas Excelência, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social recebeu da Comissão Técnica de Orientação Sindical, como contribuição para o desenvolvimento de suas ativi-dades no campo de ação que lhe traçou o Exmo. Sr. Pressidente da República, a importância de trezentos mil cruzeiros (Cr\$.... 300.000,00).

2. Estabelecidas normas obedientes a rigoroso critério de econo-mia, a verba em causa tem s'do utilizada na exata medida das necessidades. Até o presente momento, despendemos, em resumo, o seguinte:

Material . 53,326,20 Despesas administra-67.878.50 tivas Serviços técnicos ... 54.000,00 Pesquisas e trabalhos técnicos s.... Divulgação cultural lhos técnicos 12,000.00

- 3. Além disso, foi feito ao Serviço de Recreação é Assistência Cultural, com autorização de Vossa Excelência, um adiantamento, na importância de noventa mil cruzeiros (Crs 90.06.20), para e fim de abraviar os trabapara o fim de abreviar os traba lhos necessársios à transfaráncia necessársios à transferência daquele Serviço para outro andar deste edificio-sede, para instala-ção conveniente desta Comissão no oitavo andar, onde se encon-
- Nestas condições, a Comis-4. 4. Nesas conduces, a cons-são dispõe em caixa de um saldo, de quatro mil quatrocentos e trinta e sete cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 4.437,50)".

Esta tem por fim declarar de manera categorica que tôdas as despesas referentes à referica verba foram por mim realizadas

veraa foram por main realizadas e das quais mantenho a plena responsabilidade .

e) Foram estas despesas ou-trossim comprovadas, conforme o oficia enviado ao Sr. Ministro do Trabalha amantandas enviando. Trabalho, encontrando-se, certamente, esses comprovantes no acervo da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, extinta por de-creto do Presidente Café Filho.

Espero que essas informações demonstrem de maneira cabal e definitiva a inteira improcedência

11

das referências constantes do tópico do "Correio da Manhã".

- Aproveito a oportunidade para reherar a V. Ex. os protestos do mais alto apreço e consideração.

assimado: Armando de Oilveira

Meus eminentes colenas, em maté-ria de probidade e honorabilidade eu vou ao exagêro. Como a fonte de base do "Correio da Manha" fora o inquerro parlamentar instaurado para irregularidades no Fundo apurar cumentos comprovantes de minha prestação de contas, dos quais possuo copia e procursi pessoalmente o rela-tor da Comissão de Inquérito, depu-tano Elias Adaime, a quem exibi có-pias déstes documentos, tendo hoje recebido c...rta de Sua Excelência nos seguintes térmos:

"Rio de Janeiro, 6 de julho de 1959

Exmo, Sr. Deputado Josué de

Exmo, Sr. Deputato coste al Castro.
Em meu poder sua carta em que solicita meu pronunciamento coin referência ao falo apurado pela Comissão Parlamentar de Inquerito do Fundo Sindical relativo co auvilio prestado à Comistivo ao auxilio prestado à Comissão de Bem-Estar Social em 1951, na importância total de Crs ...

300 mil cruzeiros.

No meu relatório V. Exª encontrará, à página 151, que a importancia consignada como "au-kilio à Comissão de Bem-Estar Sociai" foi no encerramento do exercicio de 1951 transferida para a consa de Depósitos de Terceiros - Diversos (documentos 1.346). A debito dessa conta foram feitos os seguintes lançamentos no exercicio de 1952, no total de 300

mil cruzeiros:

Recibo passado por Gilson
Amado, em importancia recebida
como adiantamen.o para pagamento de passagens e estada dos integrantes da Semana de Estu-dos de Subcomissão de Serviço Social, de acordo com os com-provantes (não foram anexados os comprovantes) — documento 69, de 18 de janeiro de 1952 — Crs 20.000,00.

Recibo passado por Josué Castro, em importancia destinada a aquisição de 3 máquinas "Re-mington" da firma S. A. Casa mington" da firma S. A. Casa Pratt. de acordo com os devidos Pratt, de acordo com os devidos comprovantes (não foram anexados os comprovantes) — do-cumento 70, de 18 de janeiro de 1952 — Crs 19.815,00

Recibos passados por Josué de Castro sem especificação das despesas a serem efetuadas e sem

declaração de que as mesmas fo ram ceitas

Documento nº 111, de 1-2-52 -

Crs 50.000.00

Documento nº 207, de 7-3-52 -Crs 70.000.00

Documento nº 303, de 1-4-52 - Cr\$ 20.003,00.

Documento nº 446, de 8-5-52 -Crs 30.000,00.

Documento nº 474, de 19-5-52
- Crs 40.185,00. perfazendo um total de Cr\$...

2.260.185.00. Ao ensejo, é oportuno esclare-

cer que V. Exa me exibiu hoje oficio e fotocópias dos compro-vantes que dirigiu e encaminhou do reto. na enoca ao Sr. Ministro Tranalho, prestando contas.

Como relator da Comissão de

Concluo, agora, mudando, já parte do meu parecer sobre o Fundo Sindical, que V Ex³, como não podia deixar de ser pois se trata de um homem pú-blico de probidade indiscutivel, prestou contas nos termos da le-gislação em vigor. Dai estar, como disse, modificando neste instante parce — friso bem: parte — do meu parecer com refe-rencia à falta de comprovantes.

rência à falta de comprovantes.
Todavia, estou convencido ainda da balburdia que reinava e ainda reina dentro da Comissão do Impôsto Sindical. Seria de todo conveniente que V .Exª auxillasse os membros da Comissão, lá que está na Ordem do Dia o projeto que aprova as conclusões desta Comissão Parlamentar de Inquérito face ao que ciusoes desta Comissão Fariamentar de Inquérito, face ao que ocorreu no seu caso em particular, para que pudéssemos de uma vez por tódas extinguir esse cancro que está devorando as fracas economias do trabalhador brasieconomias do trabalnador prasi-leiro. Se naquela época encontra-mos a malversação e a falta de organização na C.I.S., de la para cá tal situação em nada mullou, persistindo, senão até ampliada.

Receba do seu colega um gran-de apraço. — assinado: Elias

de apraço. Adaime.

O Sr. Franco Montoro — Tenho certeza de que interpreto o pensamento de tôda a Camara, ao me congratular com V. Ex³, de sensibilidade moral comprovada, pela ine-quivoca resposta que da a esse artigo. V. Exa, demonstrando respeito a imprensa na nossa terra, prova a listra de carater de um homem que não apenas o Brasil mas todo o mundo admira, em 1ace un honestidade. (Palmas).
Gabriel Passos do admira, em face da sua cultura e

O Sr. Gabriel Passos —
Apolamos, com tôda a convicção, as
palavras do nosso nobre colega.

Se Elias Adaime — Senhor

O Sr. Elias Adaime — Senhor Deputado, V. Exa tem toda a razão, Deputado, V. Exª tem toda a razão, quando reclama con ra as acusações contidas no artigo que neste instante traz ao conhecimento da Nação inteira. Realmente, o "Correio da Manhã", folheando as conclusões da Comissão de inquerito, encontrou uma falha que apuramos. Não denunciamos, porêm, que tivesse haviac alcance de importâncias do Frindo Sindical. Apenas declaramos de importancias al. Apenas declaramos Fundo Sindical. não ter encontrado os comprovantes; não dissemos que tivesse havido malversação do dinheiro. Estes os escla-recimento que desejo dar. A probi-dade de V. Exª jamais foi posta em

JORO. O SR. JOSUÉ DE CASTRO Agradeço a V. Exas.

Vou terminar, Sr. Presidente, Também enviei hoje carta ao "Correio da Manhá" acompanhada de

cópia de todo éste material para que possa éste jornal melhor ajulzar do assunto em foco e verificar a inconsistência e a injustica da suspeita levantada em seu tópico. Não posso, entretanto, deixar de

Não posso, entretanto, deixar de agradecer a este jornal pela oportu-nidade que me deu de demonstrar, como e, meu ver deve ser manejado o dinheiro público na defesa do patrimônio do povo e da honorabilidade dos verdadeiros homens públicos no Brasil. (Muito bem; muito cos no Brasil. bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Adahil Bar-

O SR. ADAHYL BARRETO:

tivesse vasculhado os arquivos do ridade de propósitos, para o debate nhecimento do atraso em que vegeta C.I.S.

Concluo, agora, mudando, já, cessorio nacional. Devo começar afir- ente para obter volos, se há de fata mando que a princípio relutei cominando que a principio rentes com-go mesmo en laze-lo, porque sou cos que pensam que deveriamos poupar-nos do desgaste de energia resultante do embate pré-eleitoral, empregannos do desgasce de energia resultante do embate pré-eleitoral, empregan-do-as na tentativa de solução de ou-tras questões igualmente sérias, que trazem a nação preocupada e as vézes ate mesmo em estado de perigozes até mesmo em estado de perigo-sa tensão. Todavia, já que objetiva-nente a questão está colocada, já que as cartes foram postas sobre a mesa e 35 espiritos se agitam em torno do problema — julgo que es-quivar-me ao debate seria uma fuga a propria realidade dos fatos, e uma onissac de quem, por força mesmo da representação popular, tem a obri-gação de não ficar alheio a debate

coerence, porém, com a linha de conduta que venho seguindo há anos nesta Casa, não me traz à tribuna a intenção de julgar candidaturas, de manifestar o meu apoio a este ou aquele nome, de tumultuar o problema, de jogar mais lenha à fogueira, de enfim, criar mais agitação em tor-ro de assunto que deve ser examinado com serenidade, sem entrechoque do com serentiade, sem entrechoque de paixões ou de interesses pessoais vindo, assim a público, o que deseju, refietindo o pensamento da parcela da Nação que tenho a homa de representar, e advertir — modesta mas tem por isso menos firmemente — sobre a imperiosa necessidade de ser o problema sucessório encarado com la reviera de vista como um problema largueza de vista, como um problema nacional que realmente o é.

Isto significa, Sr. Presidente e Se-mores Deputacos, uma estranheza e ninotes Deputados, dina estramear e porque nao dize-io — uma repuisa so pensamento que até agora tem guiado os inderes ponticos, responsa-veis pela coordenação do problema, ue somente escolherem, de somente indicarem, de somen e agitarem nonies que representam a rica egia-sul do Pais. Nessa coordenação, re-peie-se noje o éro tantas vezes coinetido; o de deixar-se uma ponderavei parcela da Nação praticamente a margem da sucessão presidenciai. Em toda a história da República, saivo umas poucas oportunidades, o roraeste so tem sho convocado a cumprir o seu dever de depositar nas urnas os milhões de votos que possui. Dir-se-a que isto é o exercicio da sui, Dir-se-a que isto e o exercicio da democracia. Nao o nego. Mas nin-guem ignora que o processo democra-cico brasileiro — no que tange a es-colha do Presidente e Vice-Presiden-te da Republica — depende funda-mentalmente dos Partidos, E temos de constatar, infelizmente, que o pronunciamento oficial dos Partidos citado quase sempre pela voz cos interesses regionais poderosos, sob o ponto de vista econômico ou político,

que predominam nos seus quadros.

Seria fugir à realidade desejar e revindicar para nossa área economicamente fraca uma situação privilegiada em função da fiecessidade de reparar erros do passado ou de sanar a situação em que nos enconcramos. a situação em que nos encontramos, coixa; o que éle quer, o que éle exige Mas, o Nordeste não reivindica tai e exigira sempre com maior vigor, é a participação efetiva na direção da e exigira sempre com maior vigor, é a participação efetiva na direção da República. A sua fraqueza economica de que não tem cuipa não constitui argumento válido para obstar o sua presença — efetiva e não formal, insisto — nas funções onde se executa a política nacional O nosso atraso em relação ao progresso do Ressil no momento á um fato mas a Brasil no momento é um fato, mas a política de um país não pode ser mupontica de um país não pode ser ma-nepulada em função dos fatos consu-mados; pelo contrário, ela deve exe-cutar-se como uma técnica de domi-mo dos fatos, da mesma forma que

nnecimento do atraso em que vegeta o Nordeste não e apenas um expedi-ente para obter volos, se hã de fata o desejo de que tal situação seja su-perada, o que se deve fazer, antes da mais nada, e abrir-lhe as portas da administração do País.

"... é abrir-the as portas da ad-ministração do país".

ninistração do país". Concedo o aparte a V. Exa. O Sr. Cld Carvalho — Nobre depu-

O Sr. Cid Carvalho — Nobre deputado, sabe V. Exa, não só da simpatia pessoal que me inspira.

O SR. ADAHIL BARRETO — E' reciproca, nobre colega.

O Sr. Cid Carvalho — ... como também da simpatia que tenho pelas ideias políticas que nortelam sua conduta nesta Casa. Com todo a respeito por clas, queria dizer-lhe que nada deve levar-nos a uma posição pessimista quanto à evolução do trato do problema sucessório neste pais, porque, se fizermos uma análise atenta da história da sucessão presidencial que, se fizermos uma análise atenta da história da sucessão presidencial no Brasil, veremos que o pleito que se avizinha significará um grande passo a frente, pois saimos das rivalidades de superficie que significaram jogo de legendas no cenario político nacional para uma sucessão que há de representar, sobretudo, uma rando cumato aos grande tomada de posição quanto aos problemas fundamentais do Brasil. Pode V. Exa. observar que aqueles candidatos já esboçados, tanto de um camadatos ja estocatos, tanto de um como de outro lado, estão sentindo o onus e a grande responsabilidade de uma definição em face desses graves problemas. Logo, acima de um criterio regional, sob o qual o problema poderá ser colocado, é para nós e para V. Exa., homem preocupado com com problemas fundamentais do com Pais.

O Sr. Esmerino Arruda — V. Exa.
quer um critério militar na sucessão.
O Sr. Cid Carvalho — . . motivo
de estímulo e de esperança vermos um grande embate, como o sucessá-rio, ser colocado num plano ideológi-co, o que significa um grande passo

co, o que significa um grande passo à frente.

O SR. ADAHIL BARRETO — A resposta ao aparte de V. Exa. está contida no meu discurso. Mas eu a antecipo um pouco para dizer que entendo que o problema sucessório deve ser visto como problema nacional, que realmente é. É justamente porque se trata de problema nacional, advogamos a participação do Nordeste na sua solução. (Muito bem). E assim agimos por achar que o equacionamento dos grandes problemas que nos edigem és posição. blemas que nos afligem só é possível com a participação de nordestinos no govérno, pois éles conhecem mais de perto, na própria carne, a agudeza e a crueza desses mesmos problemas.

O Sr. Seiras Doria - Principalmente, nobre Deputado, nesta hora, quando o Nordeste tem, realmente, nomes de grande ressonância nacional, como, por exemplo, o do Governador Juraci Magalhães que reune o útil ao agradável, porque tem contituis compresant fodos sul vidos mantido sempre, em tôda a sua vida pública, uma linha nacionalista sem contestação. S. Exa. 101 mesmo o primeiro presidente da Petrobrás, fulero do movimento nacionalista no Brasil, e lá se conduziu magnificamente.

O SR. ADAHIL BARRETO -Muito grato a V. Exa

Não tenho dúvidas em apontar a ausência do Nordeste nos postos de direção importantes da República, como responsável quase exclusiva-mente pelo atraso em que se arrasta a região — afirmação que faço mes-mo não esquecendo nem negando as condições naturais anarentemente adversas da região. Nada, alias, carac-Inquérito que investigou a aplicarão do Fundo Social Sindical.

Presidente, Srs.

Deputados, venho a engenharia é uma técnica de domiexaminados tal ofício e as resexaminados tal ofício e as resexaminados comprovaçães, embora modesta certamente, mas comi since-